

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC(FN) MICHEL SAIDEL DA COSTA

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO:

Uma análise comparativa entre a doutrina da OTAN e as ações da Rússia na Ucrânia que resultou na anexação da Península da Crimeia em 2014

Rio de Janeiro

2023

CC(FN) MICHEL SAIDEL DA COSTA

OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO:

Uma análise comparativa entre a doutrina da OTAN e as ações da Rússia na Ucrânia que resultou na anexação da Península da Crimeia em 2014

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Jorge Luís de Araújo Mello

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pela minha saúde e de meus familiares e amigos, o que permitiu tranquilidade para a minha dedicação a este trabalho.

À minha esposa, Karen, pelo amor, pela amizade, pela presença constante no cuidado zeloso do nosso lar, pela compreensão das minhas longas ausências e irrestrito incentivo a minha carreira.

Ao meu pequeno filho Nicolas, pelas palavras de carinho e incentivo que, com toda sua doçura e inocência, buscou, durante as minhas ausências, alegrar o nosso lar.

À minha mãe Lourdes pelo apoio e amor incondicional.

Ao meu irmão Raphael pelas orientações, atenção e estímulos permanentes.

Por fim, ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) Jorge Luís de Araújo Mello, pela paciência, disponibilidade e direcionamento indispensáveis para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como propósito realizar uma verificação das semelhanças e diferenças entre as Operações de Informação russas na Ucrânia que resultou na tomada da Península da Crimeia em 2014 e a doutrina de Operações de Informação adotada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte. A partir da análise da teoria e realidade, por meio de consultas às fontes bibliográficas de pesquisa, foram identificadas semelhanças entre as duas perspectivas, das quais se destacam o uso das narrativas, comunicações estratégicas, emprego das operações psicológicas em conjunto com as relações-públicas e a compreensão e análise do ambiente informacional. As diferenças encontradas foram, principalmente, balizadas nas abordagens, já que a Rússia atuou com ações agressivas e centralizadas, enquanto a Aliança valoriza a colaboração e coordenação entre as forças militares e civis. Dentro do contexto histórico, o colapso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas representou uma oportunidade para a Ucrânia iniciar seu processo de independência. A Rússia, no entanto, não aceitou pacificamente essa separação, visto que a posição geográfica desse país tem uma grande importância estratégica na proteção das fronteiras russas. Além disso, com a aproximação cada vez maior da Ucrânia com o Ocidente, e em posição de desvantagem militar em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Rússia lançou mão da sua experiência no emprego das Operações de Informação, evitando, assim, um conflito armado direto. Por outro lado, a Organização do Tratado do Atlântico Norte é uma coalizão de nações democráticas que adota em sua doutrina de Operações de Informação a alta importância à transparência e responsabilidade na comunicação pública. Por fim, conclui-se que as duas perspectivas possuem semelhanças e diferenças, e que o resultado desta comparação pode contribuir para as operações militares contemporâneas.

Palavras-chave: Operações de Informação. Rússia. Crimeia. Ucrânia. Organização do Tratado do Atlântico Norte.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI -	Comunidade dos Estados Independentes
CRI -	Capacidade Relacionada à Informação
ComTO -	Comandante do Teatro de Operações
DDoS -	<i>Distributed Denial-of-Service</i>
EUA -	Estados Unidos da América
MB -	Marinha do Brasil
PIB -	Produto Interno Bruto
OTAN-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
TO -	Teatro de Operações
UE -	União Europeia
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UCRÂNIA	9
3	UMA ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO EMPREGADAS PELA RÚSSIA NA UCRÂNIA.....	18
3.1	As ações iniciais para o emprego das Operações de Informação pela Rússia na Ucrânia	18
3.2	A narrativa e a preparação do ambiente	20
3.3	A língua russa	21
3.4	O controle reflexivo e a criação do ambiente permissivo	21
3.5	O papel da mídia de massa	22
3.6	O papel dos compatriotas e o Mundo Russo	24
3.7	Quadros temáticos de comunicações estratégicas.....	25
3.8	A resistência ucraniana e as operações psicológicas russas	26
3.9	A guerra cibernética e o <i>Cyber Berkut</i>	27
3.10	Conclusão parcial	28
4	AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO À LUZ DA DOCTRINA DA OTAN.....	29
4.1	Tipos de operações militares da OTAN que envolvem o emprego de Operações de Informação e seus princípios	30
4.2	Os instrumentos de poder das nações e as funções conjuntas	32
4.3	O ambiente operacional e as comunicações estratégicas	33
4.4	As Operações de Informação da OTAN.....	34
4.5	As capacidades de comunicação e técnicas adicionais a serem integradas como atividades de informação	35
4.6	As narrativas sob a ótica da OTAN e as estruturas das comunicações estratégicas.....	36
4.7	As funções do Estado-Maior nas Operações de Informação	37
4.8	A Marinha do Brasil (MB) e as Operações de Informação	39
4.9	Conclusão parcial	39
5	UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO RUSSAS E DA OTAN	41
5.1	Semelhanças entre as Operações de Informação da Rússia na Ucrânia e a doutrina de Operações de Informação da OTAN	41

5.2	Diferenças entre as Operações de Informação da Rússia na Ucrânia e a doutrina de Operações de Informação da OTAN	42
5.3	Conclusão parcial	43
6	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

As Operações de Informação têm adquirido crescente relevância no âmbito operacional. A análise das doutrinas de Operações de Informação da Rússia empregada na Ucrânia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) emerge como uma fonte valiosa de contribuições significativas para a compreensão das estratégias de informação empregadas em conflitos contemporâneos.

Este trabalho tem como propósito realizar uma análise comparativa entre as Operações de Informação empregadas pela Rússia entre 2013 e 2014 que resultou na anexação da Península da Crimeia e a doutrina de Operações de Informação adotada pela OTAN para responder a seguinte questão: a doutrina de Operações de Informação da OTAN teria aderência às ações realizadas pela Rússia para a anexação da Crimeia em 2014?

O desenho de pesquisa adotado para a confecção deste trabalho foi teoria em comparação a realidade por meio de consultas às fontes bibliográficas.

Além disso, este estudo foi dividido em cinco capítulos além desta introdução. No capítulo dois foi realizada uma contextualização histórica da situação na Ucrânia desde a sua independência no ano de 1991 até a anexação da Península da Crimeia no ano de 2014, onde foram apresentados fatos que contribuíram para a construção das bases para a tomada da Crimeia. No capítulo seguinte foi feita uma abordagem sobre as Operações de Informação empregadas pela Rússia que resultaram na anexação em lide. No quarto capítulo foi realizada uma análise da doutrina de Operações de Informação adotada pela OTAN, para no capítulo seguinte ser feita uma comparação entre essas duas perspectivas. Por fim, uma conclusão apontando os principais pontos do trabalho e respondendo à questão foco deste estudo.

Desta forma, no próximo capítulo iniciaremos o trabalho abordando o contexto histórico.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA UCRÂNIA

Este capítulo pretende contextualizar o leitor sobre os fatos históricos ocorridos entre a Ucrânia e a Rússia num recorte compreendido entre a independência da Ucrânia no ano de 1991 e a tomada da Península da Crimeia pela Rússia no ano de 2014.

O discurso de renúncia de Mikhail Gorbachev marcou oficialmente o término da União Soviética. Após a dissolução, a Rússia sofreu com severas crises em sua infraestrutura socioeconômica, militar e política, já que houve uma ruptura da sua cultura política e social (PLOKHY, 2015).

Em doze de dezembro de 1991, o Presidente russo Boris Yeltsin declarou ao Parlamento russo que, naquele momento, apenas a Comunidade de Estados Independentes¹ (CEI) poderia garantir a preservação do espaço político, legal e econômico construído ao longo dos séculos. Seu sucessor, Vladimir Putin, ecoou esses sentimentos quando reafirmou em 2014, por ocasião da anexação da Península Crimeia, que muitos russos, ucranianos e cidadãos de outras repúblicas esperavam que a CEI poderia novamente se tornar uma nova forma de soberania conjunta. Aquela perspectiva impulsionou o Parlamento ucraniano a proclamar a independência do país em vinte de dezembro de 1991, afirmando que a Ucrânia, de acordo com a sua condição legal, é um Estado independente e sujeito ao direito internacional. E, assim, mesmo contrariando alguns cidadãos ucranianos, o Parlamento ucraniano se opôs à transformação da CEI em uma formação com seus próprios órgãos governamentais e administrativos (PLOKHY, 2015).

Neste contexto, a Ucrânia, que possuía a segunda maior população e, também, uma grande representação econômica regional durante a era soviética, obteve, com a sua declaração de independência, uma aproximação do Ocidente. Esta abertura foi importante para os interesses dos EUA na região e preocupante para a Rússia no exercício do controle sobre o Centro-Leste Europeu (YEKELCHYK, 2020).

A Rússia, ciente da relevância estratégica da Ucrânia, buscou unir os países pós-soviéticos. Contudo, a Ucrânia não cedeu ao ingresso, demonstrando a sua determinação em permanecer independente.

¹ A Comunidade dos Estados Independentes era uma organização coordenadora regional para os Estados pós-soviéticos. Ela possuía um objetivo duplo: inventar um procedimento legal que apresentasse a dissolução da URSS como uma decisão coletiva e demonstrar para a população que o colapso soviético não representava o fim dos laços econômicos e culturais entre os países-membros (YEKELCHYK, 2020).

Segundo Plokhly (2015), a Ucrânia planejou usar o fórum estabelecido pela CEI para negociar os termos de sua independência. Ela não assinou o Estatuto da CEI e, portanto, não se tornou um membro pleno da organização. O país participou ativamente do programa econômico e das iniciativas da Comunidade, mas não das militares.

Com relação à formação de suas Forças Armadas, a Ucrânia decidiu utilizar bases do Exército e da Marinha soviéticos estacionadas em território ucraniano. Coube ao general ucraniano Kostiantyn Morozov, de 47 anos, a tarefa de transformar os militares soviéticos em ucranianos. A incorporação de parte das forças terrestres soviéticas de 800.000 homens foi concluída em 1992. Os militares tiveram a opção de jurar fidelidade à Ucrânia e permanecer em serviço ativo, sendo que cerca de 10.000 militares se recusaram a fazer o juramento e se aposentaram ou foram transferidos para a Rússia ou outras partes da ex-URSS (PLOKHY, 2015).

Entre 1992 e 2017, Rússia e Ucrânia fizeram acordos para a pactuação da repartição da Frota Soviética do Mar Negro e a permanência russa na Península da Crimeia. A Rússia entregou mais de 18% dos navios da frota à Ucrânia, mas se recusou a deixar Sebastopol. Embora a Ucrânia tenha perdido a disputa pela frota, o conjunto de acordos abriu as portas para um tratado de amizade russo-ucraniano que garantiu a integridade territorial ucraniana (PLOKHY, 2015).

E assim, no final da década de 1990, os ucranianos haviam conquistado os seus objetivos iniciais com a delimitação de suas fronteiras territoriais, constituindo as bases das suas Forças Armadas e implementado estruturas diplomáticas para a integração com a Comunidade Europeia (YEKELCHYK, 2020).

Desta forma, a dinâmica com que o governo ucraniano compreendeu o cenário e prosseguiu com o processo de sua independência foi fundamental para a ruptura do passado soviético e reformulação da economia e sociedade ucranianas, contrabalanceando a enorme influência política, econômica e cultural que a Rússia exerceu durante muito tempo sobre a sua antiga província.

O primeiro engajamento político da Ucrânia com o Ocidente ocorreu em janeiro de 1994 com a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o qual foi mediado pelos EUA e teve como resultado a entrega das armas nucleares ucranianas à Rússia (YEKELCHYK, 2020).

O Memorando de Budapeste, assinado em dezembro de 1994, estabelecia que com a aderência pela Ucrânia ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, os EUA, a Rússia

e a Grã-Bretanha garantiriam a sua soberania e integridade territorial. A entrega do arsenal foi alvo de questionamento de muitos cidadãos em Kiev, porém os benefícios tornaram-se evidentes ao longo do tempo, uma vez que o país pôs fim ao isolacionismo e passou a estabelecer relações com outros países, passando a ser o terceiro maior receptor de ajuda externa dos EUA (YEKELCHYK, 2020).

Ainda em 1994, o governo ucraniano assinou acordos de cooperação com a União Europeia (UE), tornando-se o primeiro país pós-soviético a celebrar parceria com a OTAN. Fruto de um destes acordos, em 1997 foi aberto um centro de informações da OTAN em Kiev (PLOKHY, 2015).

Na área política, houve uma troca na presidência da Ucrânia na década de 1990 com a saída de Kravchuk e assunção de Leonid Kuchma, mantendo uma política competitiva e estabelecendo bases legais para uma democracia. Ainda neste aspecto e em parceria com seu parlamento, em 1996 o novo presidente reescreveu a constituição, garantindo um papel importante no processo político (YEKELCHYK, 2020).

O maior desafio para a natureza do processo político ucraniano foi o declínio econômico que se seguiu à declaração de independência. Entre 1991 e 1997, a produção industrial ucraniana caiu 48%, o Produto Interno Bruto (PIB) depreciou 60%, sendo que a maior queda, de 23%, ocorreu em 1994, ano das eleições presidenciais e da assinatura do primeiro acordo de cooperação com a UE. No final da década de 1990, cerca da metade dos ucranianos não possuía dinheiro para alimentação básica, ao passo que de 2 a 3% tinham uma vida confortável. O resultado disso foi o aumento da desigualdade social e da taxa de mortalidade e a redução da taxa de natalidade (PLOKHY, 2015). Dessa forma, levando a população a desacreditar na abertura do mercado e na democracia como processo político, inclinando-se para o retorno do antigo regime político russo.

Ainda na esfera econômica, as indústrias ucranianas enfrentaram dificuldades devido à dependência do fornecimento de gás natural e petróleo russos, sujeitos a constantes reajustes de preços. No entanto, as razões mais significativas para o declínio econômico foram o adiamento das reformas econômicas essenciais e a continuidade dos subsídios governamentais para as empresas estatais falidas (PLOKHY, 2015).

Resta evidente que o forte vínculo que existia entre a Ucrânia e a Rússia durante o período soviético deixava rastros de dependência. Embora a área política trabalhasse para que

o país se tornasse totalmente independente, a economia tinha dificuldades para se ajustar, impactando diretamente na qualidade de vida da população ucraniana.

Após a independência, o governo ucraniano tentou manter o controle dos setores agrícolas e industriais da era soviética. Porém, devido aos enormes subsídios exigidos por estas áreas, optou-se pela privatização, enfrentado enorme resistência do parlamento (PLOKHY, 2015).

A primeira fase da privatização favoreceu principalmente os "diretores vermelhos"², que possuíam ativos, mas poucos recursos para investir. Em 1999, embora quase 85% das empresas fossem de propriedade privada, elas representavam menos de 65% da produção industrial. Metade das empresas enfrentava déficits, pois o processo de privatização não dispunha de recursos para investimentos. Tanto grandes como pequenas empresas acabaram nas mãos dos gerentes da era soviética e de pessoas próximas ao governo, que mantiveram monopólios, limitaram a concorrência e aprofundaram a crise econômica (PLOKHY, 2015).

Para estimular a economia, a Ucrânia precisava de um impulso, e nesse cenário emergiu um grupo de empresários jovens e ambiciosos que não tinham origens na economia da antiga URSS. Conhecidos como oligarcas tanto na Ucrânia como na Rússia, eles foram os principais beneficiários da segunda fase da privatização, que envolveu a venda de ativos do governo por valores abaixo de seu real valor (PLOKHY, 2015).

Com o complexo militar-industrial em declínio acentuado, a indústria metalúrgica ucraniana se tornou o negócio mais rentável da década de 1990 e início dos anos de 2000. Naquela época mais da metade da produção industrial do país vinha de Dnipropetrovsk, Zaporizhia, Donetsk e Luhansk, que eram abundantes em minério de ferro e carvão, produzindo o principal produto de exportação ucraniano: o aço (PLOKHY, 2015).

A natureza corrupta e muitas vezes criminoso do processo de privatização, também chamada de "oligarquização" da economia ucraniana, coincidiu com o fim do declínio econômico. A Ucrânia começou o novo milênio com uma rápida recuperação econômica e os oligarcas foram figuras importantes nessa nova história de sucesso (PLOKHY, 2015).

Neste momento, a economia ucraniana apresentava uma sobrevida devido aos oligarcas e, em contrapartida, dava-se início a uma nova crise política no executivo.

² Os "diretores vermelhos" eram representantes do Parlamento ucraniano que gerenciavam as grandes empresas estatais (PLOKHY, 2015).

Sob a presidência de Leonid Kuchma, ocorreu a maioria das privatizações, favorecendo os oligarcas e garantindo apoio político e econômico que impulsionou sua reeleição em 1999. Durante seu segundo mandato, ele buscou consolidar seu poder pessoal e enfraquecer o papel do parlamento, mas essa tentativa falhou. Em 2000, começou a sua queda quando o líder da oposição, Oleksandr Moroz, do Partido Socialista da Ucrânia, tornou públicas as negociações secretas envolvendo Kuchma e autoridades locais em esquemas de corrupção durante as privatizações, tentativas de suborno e repressão da mídia opositora. Esse escândalo ficou conhecido como Kuchmagate e foi considerado o ponto de virada na política ucraniana (PLOKHY, 2015).

O escândalo expôs a corrupção de Kuchma, que, apesar de conquistas positivas durante o seu primeiro mandato, como a solução para disputa sobre a Frota do Mar Negro, proteção da Crimeia, processo de reconhecimento sobre as fronteiras ucranianas, aproximação com o Ocidente e o início das privatizações, enfrentava, agora, intensa oposição da sociedade por mudanças na política ucraniana. Nesta circunstância, a oposição trabalhava intensamente com o apoio da sociedade para mudanças na política ucraniana. Em 2004, a eleição presidencial mais acirrada desde a independência da Ucrânia em 1991 colocou frente a frente o candidato da oposição, Viktor Yushchenko, e o candidato do governo, Viktor Yanukovich, este último apoiado pelo Presidente da Rússia, Vladimir Putin (PLOKHY, 2015).

A disputa eleitoral entre Yushchenko e Yanukovich foi marcada por polêmicas. Inicialmente, o candidato da oposição foi comprovadamente envenenado, o que sensibilizou seus eleitores e fortaleceu sua campanha. Além disso, pesquisas de boca de urna independente no segundo turno mostraram claramente a liderança da oposição, mas o resultado oficial divulgado indicou a vitória de Yanukovich com 49,5% dos votos contra 46,9% de seu adversário. Esse resultado foi posteriormente identificado como fraude por meio de escutas telefônicas da equipe de Yanukovich, que manipulou o servidor da comissão eleitoral estadual para falsificar os resultados enviados a Kiev (YEKELCHYK, 2020).

A fraude nas eleições levou mais de meio milhão de manifestantes, vindos de diferentes partes da Ucrânia, a protestarem na Praça da Independência em Kiev, em um movimento conhecido Revolução Laranja³. Os protestos em Maidan⁴ foram televisionados e,

³ A Revolução Laranja recebeu esse nome devido às cores da campanha do candidato a eleição da Ucrânia Viktor Yushchenko.

⁴ Maidan ficou conhecido como o local onde os protestos aconteciam (Praça da Independência em Kiev).

assim, o mundo começou a conhecer a Ucrânia como algo além de um país distante, mas sim como uma nação ávida por justiça e liberdade. Como consequência, a intervenção europeia na crise política ucraniana, na figura do Presidente polonês Aleksander Kwasniewski, permitiu que o Presidente ucraniano eleito reconhecesse a decisão do Tribunal Constitucional de anular os resultados oficiais das eleições. Desta forma, em 26 de dezembro de 2004, os ucranianos retornaram as urnas e elegeram Yushchenko como novo presidente. Agora, cabia a ele cumprir as promessas feitas durante a Revolução Laranja, incluindo a sustentação do capitalismo, a luta contra a corrupção e a aproximação com a Europa (PLOKHY, 2015).

Assim, com a participação ativa da população e a intervenção de atores externos, encerrava-se mais uma crise política na Ucrânia. Um dos fatores fundamentais que contribuíram para o êxito da Ucrânia como democracia, em contraste com outras nações pós-soviéticas, foi sua notável diversidade regional, com polaridades políticas e culturais representadas no parlamento e manifestações populares.

Yushchenko tinha como prioridade de governo a política externa e o seu principal objetivo era o ingresso da Ucrânia na UE. O presidente buscou aproveitar a imagem positiva da Revolução Laranja para juntar-se ao bloco ao lado de outros dez países admitidos em 2004. Entretanto, vários obstáculos impediram a entrada da Ucrânia, incluindo questionamentos sobre sua condição como “Estado europeu” por alguns vizinhos ocidentais e contradições internas ocorridas nos anos após a Revolução Laranja. Para a Ucrânia foi oferecido apenas um plano para uma cooperação mais estreita (PLOKHY, 2015).

A economia ucraniana teve um crescimento acima do esperado entre 2000 e 2008, com o PIB dobrando durante a recessão global. No entanto, o governo de Yushchenko não conseguiu aproveitar essa oportunidade para aprimorar a qualidade de vida da população e expandir as relações comerciais do país. A corrupção ainda persistia forte e as mudanças constitucionais realizadas em dezembro de 2004, que visavam eliminar eleições fraudulentas, resultaram em um governo engessado. O presidente perdeu o direito de indicar o primeiro-ministro, que passou a ser eleito pelo parlamento, resultando em um cenário em que ambos os líderes tinham pouca autonomia para implementar reformas. A falta de interação entre Yushchenko e Tymoshenko, sua ex-aliada revolucionária nomeada como primeira-ministra, dificultou, também, a busca pela integração europeia (YEKELCHYK, 2020).

Com a vitória de Yanakovich em 2010, o principal alvo dos protestos de Maidan em 2004, houve uma alteração nas regras do jogo político. O regime tornou-se extremamente

autoritário, concentrando poder em suas mãos e de sua família. A constituição foi reescrita para revogar as emendas de 2004 e aumentar o poder presidencial. Além disso, em 2011, ele prendeu a sua principal oponente política, Yulia Tymoshenko, acusando-a de assinar um acordo de fornecimento de gás natural com a Rússia prejudicial à Ucrânia. Essas ações permitiram ao presidente e sua família acumularem enormes fortunas, ameaçando a estabilidade econômica e financeira do Estado (PLOKHY, 2015).

Em novembro de 2013, uma nova revolução iniciou em Kiev com centenas de milhares de protestantes pedindo reformas, laços mais próximos com a UE e o fim da corrupção no governo. No entanto, o que começou com intenções de movimento pacífico, tornou-se violento, com mais de cem manifestantes mortos em confrontos com o governo, ficando conhecido como "Cem Celestiais". A democracia conquistada pacificamente no final da URSS e a independência com as urnas em 1991 agora exigiria defesa não apenas com palavras e marchas, mas também com armas (PLOKHY, 2015).

O governo, que inicialmente trouxe esperança à população, mostrou-se ineficaz em cumprir as promessas de campanha e terminou com um verdadeiro cenário de guerra na capital ucraniana.

A solução esperada pela sociedade e empresários ucranianos era o retorno das negociações com a UE por meio da criação de uma zona econômica livre e a liberalização de vistos para os seus cidadãos. Esses acordos fortaleceriam as instituições democráticas e impulsionariam a economia da Ucrânia, combatendo a corrupção generalizada no país. Entretanto, o governo ucraniano recuou e não realizou a assinatura dos acordos de associação, desapontando não somente os líderes europeus como também causando indignação entre os cidadãos ucranianos. Assim, novos protestos foram feitos na Praça da Independência de Kiev. O governo, receoso de que tais protestos dessem origem a uma nova Revolução Laranja, ordenou repressões violentas contra os manifestantes, o que fez elevar o número de pessoas nas ruas, dando início a chamada Revolução da Dignidade. No início de 2014, após semanas de reivindicações pacíficas, novos e crescentes confrontos violentos começaram, resultando em ações da comunidade internacional por meio de ameaças de sanções. Essa pressão forçou os membros do Parlamento ucraniano a aprovar uma resolução a proibir o uso da força pelo governo. No final de fevereiro, o Presidente Yanukovich fugiu de Kiev e, conseqüentemente, a Revolução da Dignidade saiu vitoriosa. Com a votação no parlamento, Yanukovich foi destituído e um presidente interino assumiu o cargo (YEKELCHYK, 2020).

A amplitude dos eventos ocorridos em Kiev chamou a atenção internacional não somente pela mobilização da massa, mas também pela motivação, já que a intenção da Ucrânia era de aproximação da Europa em oposição à adesão aduaneira proposta pela Rússia (PLOKHY, 2015).

Antes de reassumir a presidência em 2012, Vladimir Putin afirmou que um de seus principais objetivos era reintegrar os países que faziam parte do espaço pós-soviético. Esse espaço incluía as antigas repúblicas da União Soviética que haviam se separado após o colapso em 1991. Dentre essas nações, a Ucrânia era vista como fundamental para a concretização desse objetivo, pois sem ela o espaço pós-soviético estava incompleto. Para alcançar esse propósito, Putin apoiou as eleições presidenciais ucranianas de 2004 e 2010, com a intenção de que o Presidente Yanukovich se aproximasse da união aduaneira liderada pela Rússia. Essa união aduaneira serviria como uma base para uma possível futura união econômica e política mais ampla entre os países pós-soviéticos (PLOKHY, 2015).

Durante a crise ucraniana de 2014, a influência da Rússia sobre a Ucrânia foi evidente em diferentes momentos. De acordo com uma investigação conduzida pelo serviço de segurança ucraniano, os franco-atiradores responsáveis pelos tiroteios no Maidan, que resultaram na morte de várias pessoas e contribuíram para a queda do presidente Yanukovich, possuíam origem russa. Aproveitando-se da instabilidade política e da crise interna no país, a Rússia tomou ações para anexar a Península da Crimeia e, posteriormente, apoiou conflitos separatistas nas regiões leste e sul da Ucrânia (PLOKHY, 2015).

Segundo o presidente Putin, a decisão de reintegrar a Crimeia à Rússia foi pessoalmente tomada por ele durante uma reunião com seus conselheiros políticos e comandantes militares na noite de 22 de fevereiro de 2014. Poucos dias após essa decisão, homens armados pró-russos assumiram o controle do Parlamento da Crimeia e rapidamente organizando um referendo para a completa anexação da península. Nesse contexto, o novo governo provisório da Crimeia adotou medidas como a restrição dos canais de televisão ucranianos, impedindo a distribuição de jornais ucranianos aos assinantes e promovendo uma campanha propagandística pela separação da Crimeia da Ucrânia. Além disso, opositores do referendo, especialmente membros da minoria tártara da Crimeia, enfrentaram intimidações e sequestros como forma de coação (PLOKHY, 2015).

Em meados de março de 2014, o resultado do referendo para a anexação da Crimeia à Rússia apresentou dados controversos. Apesar disso, Vladimir Putin solicitou aos legisladores

russos que concretizassem a anexação, argumentando que essa ação era um ato de justiça histórica que visava reparar parte dos danos causados à Rússia devido à desintegração da União Soviética (PLOKHY, 2015).

O governo ucraniano em Kiev não aceitou o resultado do referendo, mas não tinha poder para tomar grandes ações em resposta. Em vez disso, ordenou que suas tropas se retirassem da região, visando evitar a eclosão de uma guerra em um país já dividido pelas agitações políticas da Revolução da Dignidade. O exército ucraniano, com falta de recursos e experiência em conflitos armados, não conseguiu enfrentar as tropas bem treinadas e equipadas da Rússia, que já haviam lutado em batalhas na Chechênia e na Geórgia (PLOKHY, 2015).

A Rússia tinha objetivos de expansão territorial além da Crimeia, já que buscava impedir o avanço da Ucrânia em direção à Europa e coordenava movimentos separatistas no leste e sul do país. A Rússia, ainda, propunha a "federalização" da Ucrânia, dando poder de veto para todas as regiões em acordos internacionais. Caso a Ucrânia recusasse essa proposta, a Rússia cogitava dividir o país, criando um Estado no leste e sul (PLOKHY, 2015).

A região do Donbass foi o epicentro da desestabilização russa em 2014, pois além de enfrentar problemas econômicos e sociais, ela possuía fortes ligações com a identidade soviética. Enquanto manifestantes pró-europeus viam a Ucrânia como parte da Europa, os insurgentes pró-russos se identificavam como defensores dos valores ortodoxos contra o que viam como o "corrupto ocidente europeu" (PLOKHY, 2015).

Diante desses eventos, a sociedade ucraniana se mobilizou, com muitos cidadãos se unindo ao exército e formações voluntárias para combater a insurgência apoiada pela Rússia. A sociedade assumiu a responsabilidade de apoiar as forças militares, já que o governo não tinha recursos suficientes (PLOKHY, 2015).

O próximo capítulo apresentará as principais aplicações das Operações de Informação empregadas pela Rússia no conflito contra a Ucrânia que resultou na tomada da Península da Crimeia 2014.

3 UMA ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO EMPREGADAS PELA RÚSSIA NA UCRÂNIA

Este capítulo visa analisar as principais características das Operações de Informação empregadas pela Rússia, antes, durante e depois dos eventos que culminaram na anexação da Península da Crimeia em 2014. Dessa maneira, é fundamental iniciar pela compreensão de dois conceitos essenciais: Operações de Informação e Guerra de Informação.

Segundo o Dr. Dan Kuehl (202-?) da *National Defense University* dos EUA, as Operações de Informação são ferramentas eficazes para moldar o ambiente operacional na fase pré-hostilidades de modo que o conflito direto possa ser minimizado ou evitado. Elas são amplas e contemplam seis capacidades (ataque à rede de computadores, ilusão, destruição, guerra eletrônica, operações de segurança e operações psicológicas) e duas atividades (relações-públicas e assuntos civis) integradas ou relacionadas. Por outro lado, a Guerra de Informação também possui as mesmas capacidades, porém está envolvida primordialmente durante o conflito. Assim, a Guerra de Informação ocorre quando as Operações de Informação falham por ocasião do seu emprego com o claro propósito de evitar o conflito.

3.1 As ações iniciais para o emprego das Operações de Informação pela Rússia na Ucrânia

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Rússia em 1999, inicia-se um período caracterizado por ele como a recuperação do orgulho perdido após o fim da URSS. Para atingir este objetivo, foi estabelecida uma forte cadeia vertical de autoridade hierárquica para permitir que as decisões estratégicas do governo fossem cumpridas sem questionamentos. Tal processo foi possível por meio de um investimento sistemático e de longo prazo no desenvolvimento de Forças Especiais, estruturação de empresas controladas pelo governo, meios de comunicação de massa e outros recursos que poderiam ser usados em tempos de paz e de guerra (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Putin identificou que a Rússia se encontrava em condições de inferioridade convencional geral⁵ em relação ao Ocidente. Diante desta situação, ele buscou respostas baseadas na superioridade intelectual, assimétricas e menos dispendiosas (GILES, 2016).

⁵ Convencional geral neste caso consiste na utilização de tropas regulares de guerra empregando meios convencionais.

Assim, segundo Giles (2016), a Rússia aprimorou a sua doutrina de guerra e a modernização dos meios empregados. Como consequência, desenvolveram-se as Operações de Informação, que foram consideradas mais importantes do que as próprias guerras convencionais:

As guerras serão resolvidas por uma habilidosa combinação de medidas militares, não militares e especiais não violentas que serão aplicadas por uma variedade de formas e métodos e uma mistura de medidas políticas, econômicas, informativas, tecnológicas e ambientais, principalmente tirando vantagem de superioridade da informação. A Guerra de Informação, nas novas condições, será o ponto de partida de toda ação agora chamada de novo tipo de guerra na qual será feito um amplo uso da mídia de massa e, quando possível, das redes globais de computadores (blogs, várias redes sociais e outros recursos) (GILES, 2016, p. 6, tradução nossa)⁶.

As Operações de Informação e a Guerra Cibernética foram utilizadas em conjunto com as guerras convencionais pela Rússia pela primeira vez em 2008 na guerra contra Geórgia e as lições aprendidas, fruto deste confronto, contribuíram consideravelmente para o resultado na Crimeia em 2014. Por outro lado, o Ocidente somente passou a se interessar por tais operações a partir da crise na Ucrânia no mesmo ano (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

De acordo com Giles (2016), existem características que distinguem as Operações de Informação russas em tempo de paz e de conflito. A primeira versa sobre a preparação para um conflito e teria como atividades as medidas secretas, reconhecimento, espionagem, construção de capacidades e degradação das capacidades do adversário. Em tempo de conflito, as ações seriam abertamente agressivas para influenciar a liderança oposta e a opinião pública estrangeira, bem como organizações internacionais e regionais, além de intimidar militares e civis, realizar falsificação de eventos, desinformação e ataques *hackers*. Nestas duas situações, o uso da internet ganhou grande importância devido à sua capacidade de exercer um impacto considerável e dedicado na consciência do público-alvo.

Isto posto, há de se inferir que a Rússia, sob a liderança de um presidente determinado em seus objetivos, empregou de forma hábil os conceitos de Operações de Informação e Guerra de Informação para alcançar a tomada da Península da Crimeia em 2014. Essas ações,

⁶ “Wars will be resolved by a skillful combination of military, nonmilitary, and special nonviolent measures that will be put through by a variety of forms and methods and a blend of political, economic, informational, technological, and environmental measures, primarily by taking advantage of information superiority. Information warfare in the new conditions will be the starting point of every action now called the new type of warfare, or hybrid war, in which broad use will be made of the mass media and, where feasible, global computer networks (blogs, various social networks, and other resources).” (Texto original).

combinadas com as lições aprendidas de conflitos recentes, conferiram uma vantagem militar significativa à Rússia.

3.2 A narrativa e a preparação do ambiente

O conceito de narrativa foi empregado em todas as etapas do conflito. Essa narrativa pode ser definida como uma história, seja oral ou escrita, em que um autor vincula suas ideias a um objeto, pessoa ou uma determinada situação. Ela pode ser de natureza individual ou coletiva, podendo ter conotações positivas ou negativas. A narrativa individual baseia-se nas experiências pessoais de um indivíduo, enquanto a coletiva reflete experiências e valores compartilhados, sendo frequentemente utilizada como uma ferramenta de comunicação política controlada. A utilização comum desse conceito ocorre na elaboração da propaganda, onde a narrativa é moldada conforme as características do público-alvo. No âmbito político, a narrativa pode ser empregada para promover tanto aspectos positivos quanto negativos relacionados a uma pessoa, seu governo ou a um governo estrangeiro. Ter controle sobre a narrativa significa ter domínio sobre o processo de interpretação da informação e influenciar a percepção do público em relação aos acontecimentos (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

A Rússia utilizou dois documentos estratégicos em sua campanha de informação contra a Ucrânia, empregando a narrativa estratégica para alcançar seus objetivos. Esses documentos foram a Revisão da Política Externa Russa de 2007 e a Estratégia de Segurança do Estado Russo de 2009, ambos reafirmados no Conceito de Política Externa de 2013. A Revisão da Política Externa Russa de 2007 destaca a importância que a Rússia deve atribuir aos seus compatriotas no exterior. Essa tendência foi legalmente legitimada e sofreu ajustes ao longo do tempo para atender às mudanças exigidas por Putin, visando instrumentalizar os compatriotas no exterior. Um dos capítulos do documento enfatiza a necessidade do governo em adotar posições agressivas, especialmente na defesa de seus interesses e na proteção de dezenas de milhões de pessoas consideradas compatriotas russos (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Além dos documentos mencionados, características importantes nortearam o preparo da campanha de informação russa na Crimeia: a seleção criteriosa do público-alvo; o controle do campo informacional com elaboração massiva de conteúdo e eficiente distribuição por múltiplos canais; a supressão de canais contrários aos ideais russos; a manipulação de processos para promover mudanças econômicas, políticas e sociais e o desenvolvimento de

recursos próprios de informação no nível requerido para competir com outros países. Todas essas estratégias foram bem-sucedidas com o apoio das preparadas Forças Especiais Russas, que atuaram para evitar o conflito direto por meio do uso das Operações de Informação (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Assim, observa-se que a Rússia, fruto das lições aprendidas nas operações anteriores, planejou e empregou com êxito as Operações de Informação por meio da sua capacidade de persuasão para manipular governos e populações de forma a alcançar os seus objetivos. De modo similar, o bom preparo de suas tropas especiais, a condução das narrativas e as políticas envolvendo os compatriotas no exterior contribuíram para as fases iniciais do conflito.

3.3 A língua russa

A língua russa contribuiu consideravelmente para os projetos russos nos países pós-soviéticos. Durante a existência da URSS, a política de governo russa promoveu a sua língua como a principal para comunicação, rebaixando as nativas para uma segunda posição. Até mesmo em locais com ausência de língua nativa, a russa dominava, como foi o caso de uma comunidade da Armênia localizada na região Samtshe-Javakheti da Geórgia (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

No processo de tomada da Crimeia, houve grande dificuldade do governo ucraniano em trabalhar contra os canais de propaganda hostis da Rússia face à sua incapacidade de produzir outras fontes de informação com qualidade para as comunidades locais de língua russa (GILES, 2016).

Desta forma, o trabalho soviético de disseminação de sua língua durante a URSS associado com as capacidades de controle das mídias contribuíram positivamente para as Operações de Informação empregadas pela Rússia.

3.4 O controle reflexivo e a criação do ambiente permissivo

O controle reflexivo foi um conceito adotado pela Rússia com o propósito de influenciar as ações de seus adversários, levando-os a tomar decisões vantajosas para a Rússia. Putin percebeu que as lideranças ocidentais eram sensíveis ao fluxo de informações provenientes de suas populações e, por isso, atuou indiretamente sobre elas para influenciar suas ideias.

Para alcançar esse controle, os russos focaram especialmente na formação da apreciação inicial da situação pelo oponente, moldaram seus objetivos e impactaram o momento e o processo de tomada de decisão do adversário (GILES, 2016).

Entretanto, caso a influência direta sobre os líderes oponentes não fosse suficiente, mas conseguisse se espalhar pelas mídias de massa e plataformas sociais, um ambiente permissivo para a opinião pública era estabelecido, e as narrativas russas eram apresentadas como sendo verdadeiras. O objetivo de Moscou era conquistar o apoio público dos países adversários, a fim de reduzir a resistência às suas ações planejadas, aumentando suas chances de sucesso e minimizando reações adversas (GILES, 2016).

Assim, o controle reflexivo não se limitou apenas a dominar o processo de tomada de decisão dos líderes adversários, mas também atuou no direcionamento da formação de decisões, contribuindo para influenciar o ambiente populacional de forma eficaz.

3.5 O papel da mídia de massa

O conceito de mídia de massa foi estabelecido na Rússia pela primeira vez na Revisão da Política Externa Russa de 2007 e, posteriormente, reafirmado na Política Externa de 2013. Ambos os documentos preconizavam que a Rússia deveria desenvolver meios eficazes para influenciar a opinião pública no exterior, fortalecendo assim o papel da mídia russa no cenário internacional. O objetivo principal era fornecer suporte necessário ao Estado russo para neutralizar potenciais ameaças à sua segurança e soberania por meio de Operações de Informação (LANGE-IONATAMISVILI, 2015). Outro autor também analisou esse conceito:

As mídias de massa são meios intermediários de difusão de mensagens. Entretanto, só podemos falar de mídia de massa quando se trata de meios cuja finalidade habitual não reside na comunicação interpessoal, mas na transmissão de uma mensagem para uma pluralidade de indivíduos receptores, utilizando, preferencialmente, técnicas de difusão eletrônicas, como a internet, por exemplo. O objetivo da comunicação de massas é homogeneizar os indivíduos que pertencem ao público-alvo, criando atitudes, pensamentos e comportamentos quase que idênticos, atenuando, ao máximo, traços específicos de suas personalidades, diferenças de família, classe social e profissão (MAIA, 2019, p. 19).

Na anexação da Península da Crimeia em 2014, a Rússia foi beneficiada pelo fato da sua língua estar disseminada em várias partes da Ucrânia. Assim, o controle da mídia de massa, otimizado pela compreensão da língua, foi fundamental para que a Rússia conquistasse os seus objetivos. Este acontecimento foi reconhecido posteriormente pelo próprio Presidente russo

por ocasião da concessão de medalhas de Ordem de Serviço à Pátria para centenas de jornalistas, incluindo editores, diretores e apresentadores de televisão pela contribuição dos serviços de comunicação prestados (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Segundo Giles (2016), as narrativas do governo russo para influenciar as pessoas com os seus ideais utilizaram os principais canais de televisão e internet, todos diretamente manipulados pelo governo. O controle da mídia pelos russos dificultou a competição pelos Estados democráticos contra mensagens russas sincronizadas. Ele ressalta os problemas que a mídia de massa, influenciados pelas narrativas, podem causar:

A mídia de massa hoje pode provocar caos e confusão no governo e na gestão militar de qualquer país e incutir ideias de violência, traição e imoralidade, além de desmoralizar o público. Submetidos a este tratamento, o pessoal das Forças Armadas e o público de qualquer país não estarão preparados para uma defesa ativa (GILES, 2016, p. 25, tradução nossa)⁷.

É importante ressaltar que tais narrativas eram instrumentalizadas por meio de mensagens simultâneas sobre diversos temas, tais como: situar a Civilização Eslava Ortodoxa Russa em oposição a Europa; posicionar a Ucrânia como parte do Eurosianismo e da fundação da União Econômica da Eurásia; estabelecer a ideia de Mundo Russo (a ser explicado adiante) por meio da qual pretendia unir os eslavos orientais, tornando os russos e ucranianos uma nação com o reconhecimento da supremacia natural russa; retratar os ucranianos como pseudo-nação com dificuldades de administrar o país, relembrando a guerra patriótica para reviver o ódio ao nazismo e associando os manifestantes do Euromaidan⁸, que foram taxados como nacionalistas, fascistas e nazistas ameaçadores à Rússia; criar divisões no Ocidente, apresentando interesses divergentes entre os Estados-membros da UE e, por fim, apresentar explicações históricas e legais para legitimar as ações russas na Ucrânia (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

A Rússia fez um uso constante dos meios de comunicação para disseminar suas narrativas. Um exemplo marcante ocorreu dez dias antes do referendo de março de 2014, quando homens armados invadiram o prédio das emissoras de televisão e rádio em Simferopol⁹. Eles substituíram as transmissões ucranianas por conteúdo russo para divulgar

⁷ “The mass media today can stir up chaos and confusion in government and military management of any country and instill ideas of violence, treachery, and immorality, and demoralize the public. Put through this treatment, the armed forces personnel and public of any country will not be ready for active defense.” (Texto original).

⁸ Revolução do Euromaidan ou Revolução da Dignidade foram os protestos que ocorreram em 2014 na Praça da Independência (Maidan) de Kiev marcada por violência e conflitos entre o governo e manifestantes.

⁹ Simferopol é a capital da República Autônoma da Crimeia.

informações alinhadas aos interesses do Kremlin. O autoproclamado Ministro da Informação Regional, Dmitriy Polonskiy, justificou essas ações alegando razões morais e legais. Essa intervenção na mídia contribuiu para a Rússia influenciar os habitantes da península contra as mídias estrangeiras e ucraniana (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Uma pesquisa realizada em abril de 2014 mostrou que as fontes mais importantes de notícias e informações para os habitantes da Crimeia contemplavam quatro canais de televisão russa, enquanto a mesma pesquisa feita em 2012 demonstrou que naquela época as cinco principais fontes eram ucranianas (LANGE-IONATAMISVILI, 2015). Este fato exemplifica como a televisão foi um dos focos das operações russas.

Deste modo, a Rússia alcançou com êxito um dos pilares do seu planejamento. Ao tomar controle dos canais de comunicação e disseminar suas narrativas, bem como produzir informações direcionadas ao público-alvo, o país conseguiu exercer influência sobre as populações internas e externas, moldando opiniões a favor de suas ações e interesses.

3.6 O papel dos compatriotas e o Mundo Russo

Os chamados “compatriotas” foram aqueles considerados russos étnicos ou grupos étnicos que sofreram forte influência russa durante o período soviético. Aquela influência também ocorreu quando a política de governo da URSS estabeleceu o russo como a língua principal de comunicação, ampliando o ensino em escolas e universidades em russo (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

A Rússia possui uma Lei Federal que trata dos seus compatriotas que vivem fora do país, concedendo-lhes o respaldo necessário para serem reconhecidos como tal, com base no princípio da autodeterminação (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Já o conceito de Mundo Russo consiste no uso estratégico dos compatriotas russos como um canal de comunicação com as comunidades de língua russa ao redor do mundo, visando ampliar a disseminação de informações, comportamentos e atitudes alinhadas aos interesses russos. Esse conceito é implementado por representações diplomáticas russas no exterior, que desempenham funções de coordenação e apoio financeiro mediante Organizações Não Governamentais e demais atores. O Mundo Russo foi a justificativa para que a Rússia pudesse construir o seu próprio sistema de direitos humanos, normas legais e a sua interpretação da história e da justiça (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Na Assembleia do Mundo Russo realizada em Moscou em 2009, contou com a participação do Patriarca Ortodoxo Russo Kirill¹⁰, que enfatizou a união proporcionada pelo uso comum da língua russa, da memória histórica e da cultura compartilhada entre os países. Nesse contexto, o projeto Mundo Russo foi apresentado como uma iniciativa que não estaria completa sem a inclusão da Ucrânia (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Destarte, o surgimento do conceito Mundo Russo tinha como objetivo fundamental apoiar a união dos compatriotas russos no exterior, visando sua lealdade ao governo e às políticas russas, de modo a contribuir para as campanhas de Operações de Informação promovidas pela Rússia. Por meio dessa abordagem estratégica, a Rússia buscava exercer influência sobre as comunidades de língua russa em outros países para fortalecer sua posição geopolítica e alcançar seus objetivos políticos e econômicos.

3.7 Quadros temáticos de comunicações estratégicas

Os quadros temáticos de comunicações estratégicas são elementos-chave nas interações entre um contexto específico e uma interpretação particular. Eles constituíram a base das narrativas que o governo russo estruturou as suas linhas de ação¹¹ quanto a forma de emprego das Operações de Informação na Ucrânia. A sua aplicação pode ser feita sobre processo, evento ou lugar, ou sobre grupos de pessoas, ou até mesmo sobre o indivíduo. A Rússia usou os seguintes quadros temáticos em sua campanha de informação na Ucrânia: problemas socioeconômicos na Ucrânia; radicalização da oposição; ausência de ordem e segurança social; oposição ao Ocidente; e a promoção de uma narrativa de união familiar entre Rússia e Ucrânia por meio de sua história comum e a religião ortodoxa como elemento unificador (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

A aproximação de alguns países pós-soviéticos com o Ocidente sempre foi uma das principais preocupações russas, especialmente em relação ao acesso às suas fronteiras. A Rússia acusou a OTAN de não cumprir uma suposta promessa feita em 1990, que versava sobre a não expansão da Aliança¹² para a Europa Oriental e Central. Moscou, por meio de suas

¹⁰ O Patriarca Ortodoxo Russo Kirill é um líder cristão ortodoxo fiel a Putin.

¹¹ Linha de ação é uma alternativa viável que pode ser empregada para a realização de uma missão ou o desempenho de uma atividade (BRASIL, 2015).

¹² O termo Aliança no contexto deste trabalho é a OTAN.

narrativas, ainda alegava que a Crimeia sempre fez parte de sua federação, justificando a anexação com base na suposta grande quantidade de russos locais favoráveis à integração da Crimeia à Rússia (GILES, 2016).

Nesse contexto, os quadros temáticos de comunicações estratégicas elaborados pelo Kremlin desempenharam um papel fundamental ao direcionar a campanha russa no conflito, com sua estruturação cuidadosa e o monitoramento constante do governo para evitar desvios. Por meio desses quadros temáticos, a Rússia conseguiu promover suas narrativas de forma eficiente e influenciar a percepção das populações tanto dentro quanto fora do país, buscando alcançar seus objetivos políticos e estratégicos na Ucrânia.

3.8 A resistência ucraniana e as operações psicológicas russas

O início das operações russas na Crimeia foi marcado por um período sem confronto direto. As Forças Especiais Russas, conhecidas como Spetsnaz, mostraram-se extremamente bem-preparadas, contando com armamentos e equipamentos modernos. Elas empregaram táticas de operações psicológicas para influenciar os militares ucranianos, adotando estratégias como a rápida tomada de posições militares, demonstração ostensiva de suas capacidades militares, além da captura e detenção de militares ucranianos como reféns. Essas ações visaram diretamente o governo de Kiev, que pareceu ficar inerte diante da necessidade de ordens claras para suas tropas e não ofereceu resistência armada significativa na Crimeia (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

A Rússia conseguiu tomar a Península da Crimeia devido ao seu planejamento minucioso, preparo das tropas e superioridade em recursos. Unidades do exército ucraniano mudaram de lado ou abandonaram seus postos, pois a capacidade militar russa era muito superior à da Ucrânia. A falta de preparo das tropas e do governo ucraniano, juntamente com a comunicação deficiente entre o governo de Kiev e suas forças no campo, foram fatores essenciais que impediram a Ucrânia de proteger seu território ou fazer um contra-ataque efetivo. O planejamento eficiente das forças russas contribuiu para que a Rússia avançasse na anexação da Crimeia.

3.9 A guerra cibernética e o *Cyber Berkut*

O domínio do campo cibernético adquiriu grande relevância e passou a ser um componente estratégico complementar às ações no campo de batalha informacional e no terreno. Considerado um subconjunto e facilitador da guerra de informação, o ciberespaço desempenhou um papel crucial nas táticas indiretas ou assimétricas empregadas pela Rússia, especialmente na Ucrânia em 2014.

Desde os ciberataques DDoS¹³ realizados pelo exército russo na Geórgia em 2008, a Rússia ganhou vantagem ao conduzir operações no campo da guerra cibernética. Na Ucrânia em 2014, uma série de ataques cibernéticos foi desencadeada, afetando computadores de estações elétricas e interrompendo o fornecimento de energia, atingindo infraestruturas essenciais (SOUZA, 2019).

Especialistas e a mídia afirmaram que as ações cibernéticas na Ucrânia tiveram o maior campo de batalha deste tipo desde os ataques da Rússia na Estônia em 2007 e na Geórgia em 2008. Uma das táticas comuns foi a realização de escutas telefônicas para intervir nas trocas de informações e evidenciar a fragilidade das comunicações dos governos, como a que ocorreu entre a funcionária do Estado de Defesa dos EUA, Victoria Nuland, e a embaixadora americana na Ucrânia, Catherine Ashton (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Antes mesmo de tomar o controle da Crimeia, a Rússia conseguiu obter o controle de grande parte dos sites ucranianos, bloqueando os sistemas de comunicações das tropas ucranianas na região e interrompendo o *link* entre as agências do governo (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

Durante esse período, grupos como o *Cyber Berkut*¹⁴, que era contra o governo ucraniano, e o *Cyber Hundred*, que era pró-ucraniano e apoiava o Euromaidan, desempenharam papéis importantes nas operações de guerra cibernética. O *Cyber Berkut* realizava o hackeamento de sites de canais de televisão e jornais para divulgar informações alinhadas com a narrativa russa, enquanto o *Cyber Hundred* buscava proteger os interesses do Euromaidan e disputar a narrativa de informação (LANGE-IONATAMISVILI, 2015).

¹³ Um ataque DDoS (*Distributed Denial-of-Service*) pode indisponibilizar um servidor, uma infraestrutura ou serviço quando sobrecarrega a largura da banda do servidor ou até esgota os seus recursos (SOUZA, 2019).

¹⁴ *Cyber Berkut* foi um grupo autônomo que surgiu após a dissolução da força de segurança Berkut na Ucrânia. Os seus alvos eram o governo ucraniano e os seus governos apoiadores.

Em suma, as ações cibernéticas promovidas pela Rússia e seus apoiadores possibilitaram que o país monitorasse as intenções de outros governos e efetuasse ataques aos sistemas de comunicações e infraestruturas cruciais para a defesa e funcionamento da Ucrânia. Isso demonstra a crescente relevância do ciberespaço como um campo de batalha estratégico nas operações militares e de informação.

3.10 Conclusão parcial

Este capítulo apresentou a perspectiva de que a Rússia, com liderança determinada, empregou estrategicamente as Operações de Informação e Guerra de Informação para alcançar a tomada da Península da Crimeia em 2014. Por meio do uso habilidoso da persuasão, controle das mídias, disseminação de narrativas direcionadas e o conceito do Mundo Russo para unir compatriotas russos no exterior, a Rússia conseguiu exercer influência sobre populações internas e externas, moldando opiniões a favor de seus interesses geopolíticos e econômicos.

A falta de preparo das tropas e do governo ucraniano, combinada com o planejamento eficiente das forças russas, facilitaram a anexação da Crimeia. Além disso, o texto abordou crescente relevância das ações cibernéticas, permitindo que a Rússia monitorasse intenções e efetuasse ataques a sistemas cruciais da Ucrânia, demonstrando o ciberespaço como um campo de batalha estratégico nas operações militares e de informação.

O próximo capítulo apresentará os principais pontos da doutrina de Operações de Informação da OTAN.

4 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO À LUZ DA DOCTRINA DA OTAN

Este capítulo foi elaborado para apresentar os principais pontos da doutrina de Operações de Informação adotada pela OTAN. O material utilizado neste capítulo foi o manual *AJP-10.1 ALLIED JOINT DOCTRINE FOR INFORMATION OPERATIONS*, o qual já registra em seu início a relevância de tais operações:

As Operações de Informações desempenham um papel importante em todos os tipos de operações da OTAN e contribuem para a compreensão, análise e avaliação contínua de audiências e narrativas, bem como para o planejamento e integração das atividades específicas para os efeitos relacionados (OTAN, 2023, p. 2, tradução nossa)¹⁵.

A Aliança considera que as ações das Operações de Informação ocorrem em tempos de paz e de guerra, ou seja, antes, durante e após o conflito. Essas operações fornecem uma compreensão abrangente do ambiente de informações e, em particular, do público-alvo, com a capacidade de planejar atividades específicas para efeito cognitivo, suportando o planejamento de todas as atividades no espaço de engajamento¹⁶, que são então avaliadas para permitir o refinamento dos planos (OTAN, 2023).

Assim, o manual define Operações de Informação como:

Uma função da equipe de Operações de Informação¹⁷ para analisar, planejar, avaliar e integrar atividades de informação para criar efeitos desejados na vontade, compreensão e capacidade dos adversários potenciais e audiências em apoio aos objetivos da missão (OTAN, 2023, p. 14, tradução nossa)¹⁸.

Além disso, as Operações de Informação abrangem três áreas inter-relacionadas de atividades. A primeira é voltada para a preservação e proteção da liberdade de ação da OTAN no ambiente informacional. A segunda concentra-se nos comportamentos, percepções e atitudes do público-alvo, buscando induzi-los, reforçá-los, convencê-los ou incentivá-los a apoiar os objetivos da Aliança como parte das operações militares. A terceira área de

¹⁵ “Info Ops plays an important role in all types of NATO operations and contributes to the continuous understanding, analysis and assessment of audiences and narratives, as well as planning and integrating specific activities for related effects.” (Texto original).

¹⁶ O espaço de engajamento é a porção do ambiente operacional onde são planejadas e conduzidas as ações e atividades (OTAN, 2023).

¹⁷ A equipe de Operações de Informação fornece ao comandante uma análise e avaliação do ambiente informacional como parte da compreensão do ambiente operacional. Ela planeja, sincroniza e integra continuamente as atividades de informação para criar efeitos em apoio aos objetivos do comandante (OTAN, 2023).

¹⁸ “A staff function to analyze, plan, assess and integrate information activities to create desired effects on the will, understanding and capability of adversaries, potential adversaries and audiences in support of mission objectives.” (Texto original).

atividades envolve combater as atividades de informação do adversário, bem como suas funções de comando e controle e capacidades que influenciam a formação de opinião e os processos de tomada de decisão (OTAN, 2023).

4.1 Tipos de operações militares da OTAN que envolvem o emprego de Operações de Informação e seus princípios

Na OTAN, o planejamento para as atividades de Operações de Informação é realizado por um Estado-Maior para manter a integração horizontal da direção e orientação de comunicações estratégicas, ou seja, planejamento elaborado por meio de descentralização das funções (OTAN, 2023).

Segundo o manual, existem dois tipos de operações que envolvem as Operações de Informação: as operações de combate e as de resposta às crises¹⁹. Para o primeiro tipo, são fornecidas a compreensão, a análise e a avaliação profunda das narrativas, do ambiente informacional e público-alvo, bem como o comportamento esperado e real das atividades de informação²⁰. Neste caso, as Operações de Informação podem ocorrer antes, durante e após o conflito, e contribuem para o planejamento e integração de tais atividades (OTAN, 2023).

Para o segundo tipo, seguem algumas aplicações das Operações de Informação (OTAN, 2023):

- A contribuição militar para apoio à paz²¹ como uma participação militar imparcial e feita centrada na população por meio do entendimento do público-alvo, análise e avaliação do ambiente operacional e aplicação das narrativas;

- A contribuição militar de apoio à assistência humanitária²² considerando a compreensão do público-alvo, a análise do ambiente informacional, o uso da narrativa e o combate das atividades de informação com intenções hostis;

¹⁹ As operações de resposta às crises incluem operações multifuncionais que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos, questões humanitárias ou gestão de crises de acordo com os objetivos estabelecidos pela Organização (OTAN, 2023).

²⁰ São atividades realizadas por diversos meios e capacidades, com ênfase na criação de efeitos cognitivos (OTAN, 2023).

²¹ As operações de apoio à paz são esforços conduzidos de forma imparcial para restaurar ou manter a paz (OTAN, 2023).

²² As operações humanitárias são desenvolvidas para aliviar o sofrimento humano em uma área onde os atores civis são normalmente responsáveis por fazê-lo, mas são incapazes ou não desejam apoiar adequadamente a população (OTAN, 2023).

- A contribuição militar para estabilização²³ por meio de fornecimento ao público do entendimento, análise e avaliação do ambiente operacional para permitir o planejamento e integração de atividades de informação, alinhadas com a narrativa, que podem ser usadas em conjunto com outras atividades militares para apoiar a estabilização; e

- A contribuição militar para operações de evacuação de não combatentes²⁴ por meio da compreensão abrangente da população local, da análise do ambiente informacional e da utilização das equipes de Operações de Informação para coordenar e integrar as atividades de informações para ampliar o alcance das narrativas, combater atividades de informações com intenções hostis e informar e influenciar os habitantes locais no sobre a situação corrente.

Além disso, para a execução dos objetivos das Operações de Informação, os seguintes princípios doutrinários são aplicados em toda campanha (OTAN, 2023):

- A compreensão abrangente, que é um elemento fundamental para as Operações de Informação e deriva da compreensão dos objetivos, orientação e intenção do comandante, da direção e orientação das comunicações estratégicas, bem como do conhecimento amplo do ambiente informacional e do público envolvido, além de como as informações afetam o ambiente operacional;

- A condução das narrativas que envolve ações, imagens e palavras que devem estar em harmonia uns com os outros princípios em todos os níveis;

- Os efeitos devem ser identificados para atingir os objetivos da Aliança por meio da sua compreensão no ambiente informacional para a seleção da atividade ou combinação de atividades apropriadas que resultarão nos efeitos desejados;

- A integração nas atividades das Operações de Informação tem um impacto cognitivo e por esta razão a equipe de Operações de Informação deve estar integrada desde o planejamento até a análise das mudanças comportamentais resultantes;

- A agilidade deve fazer parte da equipe de Operações de Informação em um ambiente em que as informações estão em constante evolução, de forma que os ajustes possam ser feitos rapidamente quando necessário;

²³ A estabilização é uma abordagem usada para mitigar a crise, promover a autoridade política legítima e estabelecer condições para a estabilidade a longo prazo por meio de ações civis e militares abrangentes para reduzir a violência, restabelecer a segurança e acabar com a turbulência social, econômica e política (OTAN, 2023).

²⁴ Uma operação de evacuação de não combatentes é uma operação conduzida para realocar não combatentes designados ameaçados em um país estrangeiro para um local seguro (OTAN, 2023).

- O planejamento centralizado e a execução descentralizada devem ocorrer em todos os níveis; e

- A avaliação eficaz dos efeitos de curto e longo prazo é fundamental para o direcionamento correto para os objetivos.

Em última análise, observa-se que a aplicação das Operações de Informação no âmbito da OTAN possui um amplo campo de atuação, o que exige um balizamento em princípios para melhores resultados durante a campanha.

4.2 Os instrumentos de poder das nações e as funções conjuntas

Para alcançar os seus objetivos nacionais e regionais, as nações utilizam quatro instrumentos de poder: diplomático, informacional, militar e econômico. Estes instrumentos são usados para interagir com outras nações e, também, desempenham um papel fundamental no apoio à estabilidade interna, coesão e resiliência (OTAN, 2023). No que se refere à importância do dispositivo informacional, o manual ressalta:

O instrumento informacional reconhece a prevalência da Era da Informação, a crescente importância do ambiente informacional, a abordagem centrada no comportamento e o papel de influenciar os tomadores de decisão. No cerne do instrumento informacional está a narrativa, que orienta as operações e atividades, devendo sempre ser disputada (OTAN, 2023, p. 9, tradução nossa)²⁵.

Outro conceito relevante é o das funções conjuntas, com impacto nos sentidos e no estado de espírito de um público considerável. Essas funções são divididas em manobra, fogo, comando e controle, inteligência, informação, sustentação, proteção da força e cooperação civil-militar, com o propósito de auxiliar os comandantes na integração, sincronização e direcionamento de diversas capacidades e atividades em operações conjuntas (OTAN, 2023).

A função informação desempenha um papel crítico na tomada de decisões, e como as audiências²⁶ são informadas e influenciadas depende das informações disponíveis. Essa função, acompanhada de outras, tem como objetivo informar e influenciar percepções, comportamentos e tomadas de decisão relevantes do público-alvo. Os principais facilitadores

²⁵ “The information instrument recognizes the prevalence of the Information Age, the increased importance of the information environment, the behaviour-centric approach and the role of information in influencing decision-makers. At the heart of the information instrument is the narrative, which guides operations and activities and must always be competed for.” (Texto original).

²⁶ Uma audiência é definida como um indivíduo, grupo ou entidade cuja interpretação de eventos e comportamento subsequente pode afetar a obtenção de um estado final (OTAN, 2023).

são os engajamentos, que devem ser coordenados e integrados ao longo do processo de operações psicológicas, relações-públicas militares, guerra eletromagnética, atividades cibernéticas e planejamento, para apoiar todas as atividades e estar em consonância com a narrativa estabelecida (OTAN, 2023).

Portanto, as funções conjuntas desempenham um papel essencial nas operações conjuntas, facilitando a integração eficiente das capacidades, enquanto a função de informação exerce influência sobre as percepções e decisões relevantes do público-alvo. Compreender e aplicar essas funções de forma adequada é de suma importância para o êxito das operações conjuntas.

4.3 O ambiente operacional e as comunicações estratégicas

O ambiente operacional é um sistema complexo composto por atividades tanto físicas quanto não físicas, apresentando subdivisões, como os ambientes informacional, marítimo, urbano, político e humano. Dentre estas, o informacional assume um papel de destaque na tomada de decisões, uma vez que contempla a observação, concepção, processamento e orientação de informações e conhecimentos relevantes. Sua principal característica reside na presença da mídia e na intensa conectividade interpessoal, que viabilizam o compartilhamento de informações em larga escala. Dessa forma, ao ser designado com uma missão ou tarefa, a compreensão do ambiente se torna o entendimento do ambiente operacional, incorporando as condições, circunstâncias e influências que afetam a utilização das capacidades e influenciam as decisões do comandante (OTAN, 2023).

Ainda no ambiente operacional, as dimensões do efeito são usadas para compreender as mudanças resultantes de ações no espaço de engajamento. Elas incluem a dimensão cognitiva (percepções e comportamentos do público-alvo), dimensão física (locais físicos e infraestrutura) e dimensão virtual (armazenamento e transmissão de dados). Essas dimensões permitem uma análise completa das interações e consequências das ações (OTAN, 2023).

Com base na relevância do ambiente informacional, surgiu o conceito de comunicações estratégicas que, orientadas pela política, são definidas pela OTAN como “a integração da informação com outras atividades militares, a fim de compreender e moldar o ambiente

informativa, em apoio às metas e objetivos estratégicos da OTAN.” (OTAN, 2023, p. 13, tradução nossa)²⁷.

A definição apresentada tem o propósito de informar e influenciar as atitudes e percepções do público-alvo, buscando alcançar um estado final desejado, por meio de uma abordagem narrativa em todos os níveis de comando, em atividades planejadas e explorando ações para impactar a dimensão cognitiva do espaço de engajamento. A OTAN adota três elementos para caracterizar as comunicações estratégicas: entendimento, planejamento integrado e execução conduzida por narrativa. O entendimento abrange a compreensão dos elementos físicos, virtuais e cognitivos do sistema no espaço de engajamento para criar efeitos desejados. O planejamento integrado assegura a integração das Operações de Informação nas atividades planejadas, segundo a narrativa estabelecida. Por fim, a execução conduzida por narrativa envolve o seu uso abrangente como expressão da estratégia, para informar e influenciar o público-alvo, bem como contextualizar a campanha, operação ou situação (OTAN, 2023).

Portanto, podemos afirmar que o ambiente operacional engloba tanto atividades físicas quanto não físicas, que, quando combinadas com estratégias de comunicação, pretendem influenciar a tomada de decisão e moldar o ambiente informativo.

4.4 As Operações de Informação da OTAN

As Operações de Informação têm como foco influenciar diretamente a vontade, impactando a compreensão e fortalecendo as capacidades que promovem a compreensão ou aplicação da vontade. Portanto, elas são aplicáveis em todas as operações militares e são elementos essenciais para que as pessoas ajam de consoante a situação (OTAN, 2023).

As atividades de informação visam influenciar a vontade do público, buscando reforçar ou dissuadir comportamentos específicos. Para alcançar esse objetivo, elas podem minar a coesão e a legitimidade da liderança adversária, enfraquecendo sua base de poder moral e impactando suas ações. Além disso, as Operações de Informação também têm o papel de

²⁷ “[...] the integration of communication capabilities and the information staff function with other military activities, in order to understand and shape the information environment, in support of NATO strategic aims and objectives.” (Texto original).

proteger a coesão da Aliança e sua liberdade de ação, ao lidar com influências adversárias e potenciais ameaças (OTAN, 2023).

A compreensão é alcançada por meio da interpretação baseada na cultura, ambiente e percepção do público-alvo. Nas atividades de informação, ela pode ser usada como uma maneira de negar, degradar, interromper ou apresentar informações disponíveis ao público, para influenciar a percepção e, conseqüentemente, a sua compreensão (OTAN, 2023).

Por fim, as capacidades de informação são empregadas para diversas finalidades, como degradar, interromper, enganar, destruir ou negar as habilidades do adversário, a fim de limitar sua compreensão e enfraquecer sua vontade de agir e, também, exercer comando e controle, quando aplicável. Além disso, as atividades de informação buscam atacar as fontes de poder do adversário, dividindo grupos e alianças, influenciando seus processos de tomada de decisão e inibindo suas ações proativas. Por outro lado, essas atividades também procuram proteger as próprias capacidades, como infraestrutura de comando e controle e sistemas de comunicação e informação, permitindo ao comandante da força conjunta exercer um comando efetivo, impor sua vontade e manter a iniciativa (OTAN, 2023).

Em resumo, as Operações de Informação da OTAN são estrategicamente utilizadas nas operações militares para influenciar a vontade das pessoas e reforçar sua compreensão. Elas buscam influenciar o público-alvo, minar a liderança adversária, preservar a coesão da Aliança e moldar a percepção e compreensão das pessoas. Além disso, essas operações têm como foco atacar as capacidades do adversário e proteger suas próprias capacidades, exercendo determinado impacto nas relações de poder, tomada de decisão e manutenção da iniciativa.

4.5 As capacidades de comunicação e técnicas adicionais a serem integradas como atividades de informação

A OTAN adota as operações psicológicas e as relações-públicas como capacidades essenciais para a comunicação e atividades de informação. As operações psicológicas são entendidas como atividades planejadas que empregam métodos de comunicação e outros meios direcionados a públicos específicos, visando influenciar percepções, atitudes e comportamentos, com o intuito de impactar a consecução de objetivos políticos e militares. Por sua vez, as relações-públicas constituem uma capacidade responsável por promover as metas e objetivos militares, por meio da comunicação estratégica que provê informações

precisas ao público de forma oportuna. Além disso, esta capacidade também se ocupa das comunicações internas, ampliando a consciência e a compreensão dos aspectos militares da Aliança, o que contribui para reforçar sua credibilidade (OTAN, 2023).

O manual apresenta outras capacidades mais técnicas, além das já mencionadas, porém igualmente fundamentais, e seu emprego será guiado pela missão, direcionamento do comandante e recursos disponíveis. Ao considerar as atividades de informação, é essencial adotar uma abordagem holística que englobe diversos aspectos técnicos e operacionais. Dentre essas capacidades adicionais, destacam-se a: garantia da informação, que consiste na proteção da informação, permitindo a sua integridade e confidencialidade; as operações cibernéticas, que consistem em empregar operações no ciberespaço para influenciar o ambiente informacional, explorar vulnerabilidades do adversário e proteger as próprias redes de comunicação; e a guerra eletrônica, que visa utilizar o espectro eletromagnético para negar ou interferir nas comunicações e sistemas do inimigo, além de fornecer suporte às atividades de inteligência, dissimulação e operações psicológicas (OTAN, 2023).

Também são consideradas como capacidades: a cooperação civil-militar, baseada em princípios essenciais, como respeito, confiança, transparência, credibilidade e confiabilidade, objetivando garantir uma interação harmoniosa e lidar com possíveis efeitos negativos das ações militares e civis-militares na percepção pública; a destruição física, pela qual os alvos específicos podem ser afetados para criar um efeito desejado na posição da informação e na capacidade de tomada de decisão de um público; e as operações de segurança e dissimulação que são medidas proativas empregadas discretamente como atividades de informação para negar informações e indicadores críticos ao inimigo, influenciando-o por meio de táticas de dissimulação, com conseqüente aproveitamento desta vantagem (OTAN, 2023).

A combinação de todas essas capacidades técnicas é essencial para uma abordagem completa e eficaz nas Operações de Informação da OTAN. O emprego adequado dessas capacidades pode ampliar a influência da Aliança, proteger suas capacidades e alcançar com sucesso os objetivos operacionais.

4.6 As narrativas sob a ótica da OTAN e as estruturas das comunicações estratégicas

A narrativa conecta verticalmente a Aliança por meio dos diferentes níveis de operações e horizontalmente por meio dos instrumentos de poder compartilhados com os

aliados. A narrativa serve como guia para as operações e atividades da OTAN, que são posteriormente aprimoradas pelas equipes responsáveis pelas Operações de Informação. Dentro do contexto da OTAN, essa abordagem é fundamental para promover a cooperação e o alinhamento estratégico entre os membros da Aliança (OTAN, 2023).

Existem três tipos de narrativas: institucional, estratégica e micronarrativa. A narrativa institucional está enraizada no Tratado do Atlântico Norte e é composta pelos três pilares de comunicação da OTAN (proteger, unir e fortalecer), fornecendo orientações sobre como enfrentar atividades inimigas de informação. A narrativa estratégica conduz os temas da campanha e fornece orientação político-militar, indicando porque e como as forças da OTAN estão engajadas, seus objetivos e critérios de sucesso, visando atender as expectativas da coalizão e da nação anfitriã. Já a micronarrativa desempenha um papel importante como narrativa local ou regional, adaptando-se a diferentes contextos culturais, históricos e linguísticos para alcançar objetivos de curto prazo (OTAN, 2023).

Além disso, a OTAN utiliza estruturas de comunicações estratégicas para direcionar e orientar suas atividades de comunicação e abrangem o objetivo, a duração, a narrativa, as mensagens centrais, as audiências, os objetivos, os temas e as áreas de foco das estratégias de comunicação. As estruturas são estabelecidas em níveis: nível 1 para a estrutura de comunicações estratégicas da OTAN, nível 2 para o quadro de comunicações estratégicas das Operações do Comando Aliado e nível 3 para a estrutura de comunicação estratégica de organizações e subordinados específicos. Essas estruturas garantem a consistência, o planejamento descentralizado e a execução alinhada com a narrativa estratégica da OTAN (OTAN, 2023).

Desta forma, as narrativas associadas com as diferentes estruturas de comunicação estratégica permitem alcançar os objetivos da OTAN e orientar as suas atividades de comunicação.

4.7 As funções do Estado-Maior nas Operações de Informação

As Operações de Informação auxiliam na compreensão e avaliação da perspectiva do público-alvo por meio da análise do ambiente informacional. O Estado-Maior, responsável por essas operações, executa quatro funções simultaneamente: análise, planejamento, integração e avaliação (OTAN, 2023).

A função de análise envolve conceitos-chave, como a hierarquia cognitiva e o ambiente informacional. O ambiente informacional é o principal contexto para a tomada de decisões e abrange informações, indivíduos, organizações e sistemas envolvidos no processamento e transmissão de informações. Já a hierarquia cognitiva, uma dimensão crucial, é caracterizada por uma demanda por acesso digital quase em tempo real à mídia e por conectividade interpessoal virtual (OTAN, 2023).

O planejamento das Operações de Informação fornece percepções sobre narrativas, audiências e o ambiente informacional. Elas contribuem ao avaliar as capacidades necessárias para as atividades de informação, submetendo-as à Seção de Operações; identificam informações essenciais para a análise da missão²⁸ e desenvolvimento de linhas de ação e ainda, desempenham um papel no desenvolvimento da narrativa e propõem requisitos de inteligência, fornecendo apoio e assistência nesse processo (OTAN, 2023).

A integração desempenha uma função principal nas Operações de Informação, uma vez que cada ação engendra um impacto cognitivo subsequente. Por conseguinte, é imperativo que a equipe envolvida nessas operações esteja plenamente integrada e participe ativamente de todos os fóruns relacionados ao ritmo de batalha²⁹ (OTAN, 2023).

Por fim, a função de avaliação procura analisar e relatar o desempenho e a eficácia das atividades de informação para fornecer *feedback* aos tomadores de decisão de forma que as atividades de informação possam ser modificadas quando necessário em prol dos resultados desejados (OTAN, 2023).

Assim, resta-se evidente a relevância do Estado-Maior nas Operações de Informação por meio do uso de suas funções centradas na integração, garantindo o entendimento do ambiente informacional e a avaliação contínua das estratégias para atingir os objetivos estabelecidos.

²⁸ O Estado-Maior de Operações de Informação contribuirá com os aspectos da análise da missão do comandante para determinar as tarefas especificadas e implícitas, bem como as liberdades e restrições que focalizarão as futuras atividades de planejamento (OTAN, 2023).

²⁹ Ritmo de batalha é um ciclo rotineiro de atividades de comando e Estado-Maior destinado a sincronizar as operações atuais e futuras de acordo com o ciclo de decisão da Força-Tarefa Conjunta (OTAN, 2023).

4.8 A Marinha do Brasil (MB) e as Operações de Informação

A doutrina de Operações de Informação da MB possui uma estrutura semelhante à da OTAN. Dentro deste escopo, a dimensão informacional tem relevante importância para o ambiente operacional contemporâneo, pois as suas perspectivas física, cognitiva e informacional possuem grande capacidade de influenciar a decisão do inimigo (BRASIL, 2015).

Entretanto, um conceito básico dentro das Operações de Informação na doutrina da MB é o da Capacidade Relacionada à Informação (CRI). As CRI consistem em habilidades necessárias para influenciar as capacidades dos oponentes ou possíveis adversários de direcionar, adquirir, criar e disseminar informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional. Entre elas se destacam as operações psicológicas, ações de guerra eletrônica, de despistamento e de ações cibernéticas, segurança da informação, destruição física e atividades de comunicação social (BRASIL, 2018).

Duas CRI são relevantes para o assessoramento direto ao Comandante do Teatro de Operações (ComTO): as operações psicológicas e as atividades de comunicação social. Ambas foram amplamente empregadas pela Rússia na Ucrânia nos anos de 2013 e 2014 e são pontos importantes na doutrina de Operações de Informação da OTAN.

Além disso, outras características se assemelham à doutrina da OTAN por ocasião do emprego de Operações de Informação, tais como: moldar o Teatro de Operações (TO) por meio do ambiente informacional, preparar o TO para o emprego da tropa e atuar no ciclo de decisão do inimigo.

Desta forma, observa-se um alinhamento da doutrina da MB com a da OTAN. Entretanto, face à “Era da Informação”, faz-se necessário que as ações cibernéticas, já empregadas maciçamente pela Rússia e OTAN, ganhem mais importância no emprego das CRI no Brasil.

4.9 Conclusão parcial

Em resumo, este capítulo apresentou os principais aspectos da doutrina de Operações de Informação adotada pela OTAN. Elas desempenham um papel importante em todas as operações da OTAN, contribuindo para a compreensão, análise e avaliação contínua das

audiências e narrativas. Foram explorados os tipos de operações militares da OTAN que envolvem o emprego das Operações de Informação, os princípios doutrinários aplicados, os instrumentos de poder das nações e as funções conjuntas, o ambiente operacional e as comunicações estratégicas. Conclui-se que as Operações de Informação são fundamentais para influenciar a vontade e compreensão das partes envolvidas, sendo aplicáveis em todas as fases e níveis das operações militares da OTAN.

Por fim, foi apresentado uma breve análise da doutrina de Operações de Informação da MB no contexto contemporâneo e uma sucinta comparação com as doutrinas da OTAN e Rússia.

No próximo capítulo será abordada uma comparação entre as características das Operações de Informação empregadas pela Rússia na Ucrânia que culminou com a tomada da Península da Crimeia em 2014 e o que é adotado no âmbito da OTAN.

5 UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO RUSSAS E DA OTAN

Este capítulo se propõe a apresentar pontos de semelhança e diferenças entre a doutrina das Operações de Informação empregada pela Rússia na Ucrânia que resultou na tomada da Península da Crimeia em 2014 e a atual doutrina de Operações de Informação adotada pela OTAN com base em todo o conteúdo apresentado nos capítulos anteriores.

5.1 Semelhanças entre as Operações de Informação da Rússia na Ucrânia e a doutrina de Operações de Informação da OTAN

A influência da opinião pública é uma preocupação compartilhada tanto pela Rússia quanto pela OTAN, sendo ambas conscientes da relevância de moldar narrativas favoráveis e influenciar a percepção das audiências envolvidas por meio de suas Operações de Informação. Ambos os atores procuram compreender e analisar as audiências, reconhecendo que o êxito de suas estratégias de influência depende da compreensão das percepções e atitudes desses públicos. Para tal, a cultura, que inclui a língua, costumes e religião, é considerada um elemento contribuinte no emprego das Operações de Informação.

Tanto a Rússia quanto a OTAN empregam Operações de Informação em diferentes fases dos conflitos, incluindo antes, durante e após as hostilidades. Essas operações são aplicáveis em todos os níveis das ações militares, reforçando sua importância e efetividade como ferramentas estratégicas.

As operações psicológicas são incorporadas à doutrina da OTAN, muitas vezes empregadas em conjunto com relações-públicas. Paralelamente, a Rússia utilizou operações psicológicas durante o uso de operações especiais na Crimeia. O ambiente informacional também é amplamente considerado pela OTAN, que adota uma abordagem de mapeamento desse ambiente para entender como o público obtém informações, como elas são disseminadas e como isso afeta sua percepção e comportamento. A Rússia, por sua vez, demonstrou práticas semelhantes ao assumir o controle dos canais de comunicação durante sua intervenção na Crimeia em 2014. As comunicações estratégicas desempenham um papel crucial nas Operações de Informação de ambos os atores. A Rússia utilizou essas comunicações para sustentar suas narrativas e linhas de ação governamental na Ucrânia, especialmente em

relação à intervenção na Crimeia. Da mesma forma, a doutrina da OTAN enfatiza a importância das comunicações estratégicas como principal ferramenta para orientar as atividades de informação, contribuindo para a contínua compreensão, análise e avaliação de audiências e narrativas.

O ciberespaço ganha destaque na agenda de ambas as partes, com a Rússia empregando-o em suas Operações de Informação na Ucrânia e além. A doutrina da OTAN também prevê o uso do ciberespaço em suas atividades, reconhecendo a relevância desse domínio para fins de influência.

A utilização expressa de narrativas constitui um pilar fundamental nas Operações de Informação tanto para a Rússia quanto para a OTAN, sendo essas narrativas empregadas em conjunto com as comunicações estratégicas para alcançar seus objetivos.

Por fim, ambas as partes enfatizam a importância da coordenação entre as forças militares e civis em suas operações de informação. Essa coordenação é considerada crucial para alcançar o sucesso e a efetividade de suas estratégias de influência perante as audiências visadas.

5.2 Diferenças entre as Operações de Informação da Rússia na Ucrânia e a doutrina de Operações de Informação da OTAN

No contexto das operações de informação relacionadas à Crimeia em 2014, a Rússia se destacou por envolver atores externos, notadamente grupos separatistas, como parte integrante de suas estratégias. Em contraste, a doutrina de operações de informação da OTAN não menciona explicitamente o envolvimento de atores externos em suas abordagens.

Embora tanto a Rússia quanto a OTAN empreguem táticas de desinformação e propaganda como elementos fundamentais em suas operações de informação, há uma diferença notável na ênfase atribuída a essas práticas. Enquanto a Rússia coloca uma maior ênfase na propaganda em sua doutrina, a OTAN direciona sua atenção de forma mais proeminente à compreensão e análise das audiências, buscando alcançar maior credibilidade em suas ações.

As estruturas adotadas para conduzir as Operações de Informação também se distinguem entre a Rússia e a OTAN. A Rússia opta por uma abordagem centralizada, vinculada ao poder executivo, com o presidente Vladimir Putin exercendo controle direto sobre as

atividades relacionadas. Em contrapartida, a OTAN adota uma abordagem horizontal e descentralizada por meio de seu Estado-Maior, uma resposta ao ambiente altamente competitivo, fragmentado e disperso em que opera.

Quanto à abordagem geral, a Rússia demonstrou uma postura mais agressiva, empregando uma combinação de desinformação, propaganda, ciberataques e ações militares. Seu objetivo primordial era criar um ambiente propício para sua intervenção na Crimeia. Em contraste, a OTAN segue uma abordagem defensiva, priorizando o fortalecimento da resiliência de seus membros por meio de medidas de conscientização, compartilhamento de informações, proteção cibernética e capacidades de resposta frente a possíveis ameaças informacionais.

5.3 Conclusão parcial

Ao analisar as semelhanças e diferenças do emprego entre a doutrina das Operações de Informação utilizada pela Rússia que resultou na tomada da Península da Crimeia em 2014 e a atual doutrina de Operações de Informação adotada pela OTAN, pode-se observar muitas congruências, especialmente o uso intensivo das comunicações estratégicas e das narrativas. Por outro lado, uma divergência significativa que se destaca é a forma agressiva e centralizada com que a Rússia empregou essas operações na Ucrânia, exercendo grande domínio sobre o processo de informação e influenciando a percepção da população ucraniana aos acontecimentos, tendo, assim, um ambiente permissivo e favorável ao processo de ocupação, enquanto a OTAN busca a integração.

6 CONCLUSÃO

As Operações de Informação têm se tornado cada vez mais importantes no ambiente operacional e a análise das doutrinas de Operações de Informação da Rússia e da OTAN pode fornecer contribuições importantes para a compreensão das estratégias de informação em conflitos contemporâneos.

Ao efetuar uma análise comparativa das doutrinas de Operações de Informação da Rússia e da OTAN, torna-se possível destacar que, dentre diversas semelhanças, ambas as partes reconhecem a significativa relevância da dimensão informacional no cenário operacional contemporâneo. Além disso, ambas as abordagens abrangem uma amplitude temporal, que se estende desde antes do início do conflito até além de sua conclusão, compreendendo todos os níveis de operações.

Ambos os atores destacam a importância do uso estratégico das comunicações e narrativas com o propósito de influenciar as decisões do inimigo. Essa ênfase recai sobre o emprego de informações como instrumentos de poder para moldar percepções, obter vantagens táticas e estratégicas, e alcançar objetivos políticos em contextos militares e geopolíticos.

Portanto, é notório que tanto a Rússia como a OTAN compartilham uma compreensão da relevância e eficácia das Operações de Informação no cenário contemporâneo, considerando sua abrangência temporal e a ênfase na utilização de comunicações estratégicas e narrativas para alcançar seus propósitos durante conflitos e operações militares.

Outras importantes semelhanças encontradas foram o emprego conjunto das operações psicológicas e relações-públicas, tendo-se verificado que tais ações são essenciais no campo de atuação civil e militar.

Ademais, a análise das doutrinas de Operações de Informação da Rússia e da OTAN destaca a importância das ações cibernéticas. Estas são ferramentas poderosas para auxiliar na influência da opinião pública e modelagem da narrativa em torno de conflitos. A Rússia e a OTAN empregam maciçamente tais ações em suas Operações de Informação, e é provável que essa tendência continue no futuro.

No que concerne às diferenças identificadas, aquela de maior relevância reside na abordagem adotada. De um lado, nota-se a aplicação agressiva e centralizada das Operações

de Informação russas para a intervenção na Ucrânia, ao passo que, por outro lado, a OTAN adota uma abordagem mais descentralizada e colaborativa.

Além disso, a cultura e a história de cada país afetam o emprego das Operações de Informação. A Rússia tem uma história mais antiga de emprego de táticas de informação para influenciar a opinião pública e moldar a narrativa em torno de conflitos, além de possuir uma cultura de segurança nacional altamente centralizada, o que pode explicar, em partes, os aspectos da abordagem de suas Operações de Informação na Ucrânia.

Por outro lado, a OTAN é uma aliança de países democráticos que valoriza a transparência e a responsabilidade na comunicação com o público, e dispõe de uma cultura de colaboração e coordenação entre as forças militares e civis, o que pode explicar a forma de abordagem mais descentralizada e colaborativa de sua doutrina de Operações de Informação.

Durante o presente estudo, foi possível constatar que as Operações de Informação, quando utilizadas de forma adversa, podem representar uma ameaça à estabilidade política e à segurança nacional de um país, exercendo influência sobre contextos geopolíticos. A Rússia, por exemplo, empregou narrativas e exercitou um controle absoluto sobre a disseminação de informações de maneira hostil, visando moldar o ambiente operacional de acordo com seus interesses políticos. Diante disso, torna-se imperativo que as nações elaborem suas doutrinas de Operações de Informação com o propósito de promover a paz, fornecer assistência humanitária e salvaguardar a soberania dos Estados, por meio da utilização de narrativas embasadas em informações verídicas. Nesse sentido, é essencial evitar direcionar a percepção do público em relação a ideais políticos e combater as atividades de informação que tenham intenções negativas.

No que tange à MB, a sua doutrina de Operações de Informação apresenta semelhanças com a da OTAN, enfatizando a importância da dimensão informacional no cenário operacional contemporâneo. As CRI, um conceito fundamental nessa doutrina, engloba diversas habilidades para influenciar as capacidades adversárias na direção, aquisição, criação e disseminação de informações. Duas CRI relevantes para o assessoramento direto ao ComTO são as operações psicológicas e as atividades de comunicação social, que também foram amplamente empregadas pela Rússia na Crimeia em 2014, sendo pontos importantes na doutrina da OTAN. Além disso, a doutrina da MB compartilha características da OTAN no que diz respeito a moldagem do TO por meio do ambiente informacional, preparação para o emprego das tropas e atuação no ciclo de decisão do inimigo.

Portanto, diante da atual Era da Informação, caracterizada pela prevalência da conectividade que supera desvantagens, torna-se imperativo enfatizar o papel das ações cibernéticas no emprego das CRI. A Rússia e a OTAN já empregam essas ações de forma extensiva, destacando sua importância no cenário operacional contemporâneo. Dessa forma, é essencial que a doutrina da Marinha do Brasil esteja em consonância com outras doutrinas relacionadas às Operações de Informação, reconhecendo a necessidade de adaptação e fortalecimento diante das novas exigências impostas pela Era da Informação. Nesse contexto, é crucial priorizar a utilização estratégica das ações cibernéticas para alcançar os objetivos operacionais da instituição. Face às limitações textuais e à evidente relevância desse tema, propõe-se a realização de novos estudos aprofundados, com foco específico nas ações cibernéticas.

Por fim, face a todo o conteúdo apresentado, conclui-se que o propósito deste trabalho foi atingido, já que foram identificados pontos de aderência entre as duas perspectivas de emprego das Operações de Informação. Em que pese haver diferenças e semelhanças, estas últimas se sobressaem, demonstrando um alinhamento das estratégias de informação em conflitos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. MD35-G-01-5: **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: [s.n.], 2015.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior-da-Armada. **EMA-335 – DOCTRINA DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO**. [S.l.: s.n.], 2018.
- GILES, Keir. **Handbook of Russian Information Warfare: Research Division NATO Defense College**. Roma. 2016. 77 p. Monografia (NDC Fellowship Monograph Series) - NATO DEFENSE COLLEGE. Roma: [s.n.], 2016.
- KUEHL, Dan. **Information Operations: The Hard Reality of Soft Power**. EDITORA, National Defense University [202-?]. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/class/msande91si/www-spr04/readings/week5/io-textbook.pdf>> Acesso em: 09 de junho de 2023.
- LANGE-IONATAMISVILI, Elina. **Analysis of Russia's information campaign against Ukraine**. Riga: Examining non-military aspects of the crisis in Ukraine from a strategic communications perspective, 2015. 40 p. Disponível em: <https://stratcomcoe.org/cuploads/pfiles/russian_information_campaign_public_12012016fin.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2023.
- MAIA, Marcus Eduardo Fernandes. **A PROPAGANDA COMO INSTRUMENTO DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS: Um estudo de caso do Estado Islâmico**. 2019. 65 p. (Trabalho de Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.
- MATTOS, Juliano Santiago. **A INFLUÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA PELA RÚSSIA: Uma visão sob a perspectiva doutrinária da antiga URSS**. 2022. 45 p. (Trabalho de Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2022.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **AJP-10.1: ALLIED JOINT DOCTRINE FOR INFORMATION OPERATIONS**, v. 1. [S.l.: s.n.], 2023.
- PLOKHY, Serhii. **The gates of Europe: a history of Ukraine**. New York: Basic Books, 2015. 447 p.
- SOUZA, Deywisson R. O. *et al.*; **Guerra. Guerra Híbrida e Ciberconflitos: Uma análise das ferramentas cibernéticas nos casos da Síria e conflito Rússia-Ucrânia**. Revista Eletrônica Estácio. Edição Especial de Relações Internacionais – Vol. 5, número 3/2019. Recife: [s.n.], 2019.
- YEKELCHYK, Serhy. **Ukraine: what everyone needs to know**. 2nd ed. Nova York: Oxford University Press, 2020. 240 p.